

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, março de 2013
A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2012	2011		Nota	2012	2011
Ativo							
Ativo Circulante		473.312	104.413				
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&18.c	289	1.004				
Aplicações Financeiras	4	448.102	84.663				
Contas a Receber		5.743	2.261				
Créditos Tributários - Correntes		15.169	11.273				
Outros Ativos Financeiros		364	5.212				
Outros Ativos		3.645	-				
Ativo não Circulante		243.590	233.675				
Aplicações Financeiras	4	-	27.171				
Contas a Receber		-	960				
Depósitos Judiciais		115.616	114.959				
Créditos Tributários		56.117	59.685				
Correntes		6.763	6.788				
Diferidos	11.b.1	49.354	52.897				
Outros Ativos Financeiros		1.588	15.598				
Outros Ativos		-	15.130				
Investimentos em Controlada	5	70.102	-				
Outros Investimentos		60	60				
Ativo Tangível	6	13	18				
Ativo Intangível	7	94	94				
Total do Ativo		716.902	338.088				
Passivo e Patrimônio Líquido							
Passivo Circulante							
Contas a Pagar	8	2.983	1.301				
Dividendos a Pagar		2.046	-				
Salários a Pagar		1.971	2.133				
Impostos a Pagar		637	476				
Provisões	10	44.734	5.200				
Outros Passivos		204	528				
Passivo não Circulante		101.667	161.574				
Contas a Pagar	8	-	14.802				
Salários a Pagar		36	53				
Provisões	10	101.578	146.719				
Outros Passivos		53	-				
Total do Passivo		154.242	171.212				
Patrimônio Líquido							
Capital Social		548.500	106.562				
Reservas de Lucros		14.160	60.314				
Total do Patrimônio Líquido	12	562.660	166.876				
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		716.902	338.088				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos		
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		106.562	5.868	39.978	-	152.408
Dividendos Complementares	12.b	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Lucro Líquido		-	-	-	34.468	34.468
Destinações:						
Reserva Legal	12.c	-	1.723	-	(1.723)	-
Dividendos	12.b	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.d	-	-	22.745	(22.745)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		106.562	7.591	52.723	-	166.876
Aumento de Capital	12.a	371.000	-	-	-	371.000
Incorporação Parcial da Santander Participações S.A.	12.a	70.938	-	-	-	70.938
Dividendos Complementares	12.b	-	-	(52.723)	-	(52.723)
Lucro Líquido		-	-	-	8.614	8.614
Destinações:						
Reserva Legal	12.c	-	431	-	(431)	-
Dividendos	12.b	-	-	-	(2.045)	(2.045)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.d	-	-	6.138	(6.138)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		548.500	8.022	6.138	-	562.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional
A Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços), é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a prestação de serviços técnicos e administrativos com predominância de mão-de-obra de natureza não bancária e com a corretagem de todos os ramos de seguros, de planos previdenciários e de títulos de capitalização. As receitas da Santander Serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na nota explicativa 18.c.

b) Reestruturação Societária

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 31 de dezembro de 2012, foi aprovado a cisão parcial da Santander Participações S.A. (Santander Participações), com versão do acervo cindido no valor de R\$70.938 para a Santander Serviços.

O acervo cindido correspondeu aos investimentos na própria Santander Serviços e na Webmotors S.A. A cisão parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da cisão parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços.

c) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Serviços, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - The International Financial Reporting Standard (IFRS). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 25 de março de 2013.

O resultado e a posição financeira da entidade estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas contábeis foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012, entretanto, não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras da Santander Serviços:

- CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; CPC 15 (R1) Combinação de Negócios; CPC 18 (R1) Investimento em Coligadas e em Controladas; CPC 19 (R1) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture); CPC 20 (R1) Custos de Empreendimentos; CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária; CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 30 (R1) Receitas; CPC 35 (R2) Demonstrações Separadas; CPC 36 (R2) Demonstrações Consolidadas e CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A seguinte norma contábil foi editada e passará a vigorar em 1 de janeiro de 2013:

- CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados - O Comitê de Pronunciamentos Contábeis determinou principalmente alterações na contabilização de planos de benefícios definido eliminando a opção do modelo atual de aplicação do método do corredor para reconhecimento dos ganhos e perdas atuarial.

O CPC não editou diversos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRS's novas e revisadas que passarão a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2013. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelos CPC. Considerando as atuais operações da Santander Serviços, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

d) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ação e outros ativos intangíveis);
- Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos e outros valores classificados a curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Participações em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado); essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.

• Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

• Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidades que não sejam coligadas desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

• Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado; e

• Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros que de modo geral, a intenção seja de mantê-los até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Depósitos judiciais";
- "Contas a receber"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado); essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e

• Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar";
- "Dividendos a pagar"; e
- "Derivativos": inclui o valor justo com saldo negativo da entidade dos derivativos que não fazem parte do hedge accounting.

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "Empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "Passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Provisão para Perdas sobre Créditos

Provisão para perdas sobre créditos - constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias.

d) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Santander Serviços avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

e) Ativo Intangível

A mensuração do valor recuperável dos outros ativos intangíveis - cessão de direitos de usos comerciais é realizada com base no "Business Case", que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperados, comparado com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

f) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

g) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

h) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços

• Receitas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e

• As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Santander Serviços é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Serviços. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

j) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Serviços, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Serviços como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida.

O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é registrado líquido: (i) do valor justo dos ativos dos planos; (ii) dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos não reconhecidos, os quais são diferidos utilizando-se o método do corredor; e (iii) dos custos de serviços passados, os quais são diferidos ao longo do tempo. As obrigações são contabilizadas como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Um ativo atuarial é reconhecido no balanço patrimonial, como "outros ativos", no caso do valor líquido representar um ativo. Esta situação se aplica quando: (i) o excesso de fundos representa benefícios econômicos futuros na forma de retorno de recursos ao patrocinador ou redução nas contribuições futuras, conforme as condições previstas na Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 26/2008; e (ii) resultante de quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos que serão compensados no longo prazo.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que: (i) sejam de propriedade da patrocinadora, e (ii) somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades patrocinadoras, a menos que ocorra um excesso de recursos conforme as condições previstas na Resolução CGPC 26/2008.

Os ganhos e perdas atuariais são aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. A Santander Serviços utiliza o método do corredor e reconhece no resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais acumulados que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano.

O custo de serviços passados decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios, é reconhecido de forma linear no resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Valor Justo para os Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado
O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproxima ao valor contábil considerando os prazos e taxas de juros dos instrumentos financeiros.

Gereciamento de Riscos
A gestão de riscos da Santander Serviços é realizada em conjunto com o processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, e visa proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Santander Serviços está exposta, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito tem como objetivo manter uma rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.
- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante

Instrumentos Financeiros por Categoria
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos:

	2012	2011
Ativos		
Caixa e Equivalentes de Caixa	289	1.004
Aplicações Financeiras	448.102	27.171
Títulos de Renda Fixa - Letras Financeiras do Tesouro - LFT (Nível 1)	-	5.674
Cotas de Fundos de Investimento (Nível 1)	448.102	78.989
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	27.171
Contas a Receber	5.742	3.221
Depósitos Judiciais	115.616	114.959
Outros Ativos Financeiros	1.953	20.810
Outros Créditos a Receber ⁽¹⁾	-	11.000
Devedores por Compra de Valores e Bens	-	2.742
Dividendos a Receber	92	-
Adiantamentos Salariais e Outros	272	5.228
Pagamentos a Ressarcir	1.517	1.455
Outros Devedores	72	385
Total	123.600	571.702

⁽¹⁾ Em 2011, refere-se a valores a receber da ACE Seguradora S.A. no distrito relativo ao contrato da aquisição de direitos de usos comerciais da Santander Insurance Holding (Nota 7).

	2012	2011
Passivos		
Contas a Pagar	2.983	16.103
Dividendos a Pagar	1	-
Total	2.984	16.103

Mensuração do Valor Justo
A Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Hierarquia de Valor Justo
Como estratégia de gestão de risco em linha com seus objetivos de negócios, a Santander Serviços mantém uma carteira de instrumentos financeiros simples e apresenta as seguintes níveis para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.

10. Provisões
a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões

	2012	2011
Saldo no Início do Exercício	104.021	151.919
Constituição Líquida de Reversão	4.059	24.117
Baixas por Pagamento	(5)	(23.724)
Saldo no Final do Exercício	108.075	146.312

b) Obrigações Legais e Contingências Tributárias e Previdenciárias
Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Diferença de Alíquota da CSLL - R\$44.382 (2011 - R\$43.177): a Santander Serviços questiona a aplicação de alíquota majorada da CSLL.

Debitabilidade da CSLL no IRPJ - R\$32.690 (2011 - R\$37.255): a Santander Serviços pleiteia a debitabilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

INSS - R\$18.148 (2011 - R\$15.066): referem-se a discussões em processos judiciais e administrativos que visam a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

c) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas
São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram R\$22.686, trabalhistas R\$4.705 e cíveis R\$1.794. O(s) principal(is) processo(s) é(são)

d) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis
São ações judiciais de caráter indenizatório.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, sobre contratação irregular, cobrança indevida e outros assuntos.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações cíveis que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

e) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram R\$22.686, trabalhistas R\$4.705 e cíveis R\$1.794. O(s) principal(is) processo(s) é(são)

f) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares
(I) Planos de Pensão Complementar
A Santander Serviços patrocina, juntamente com o Banco Santander, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

(II) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)
O plano de benefício definido integralmente custeado pela Santander Serviços, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

(III) Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantando em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a PREVIC, em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de março de 2005.

(IV) Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

(V) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)
Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-maternidade, abrangendo todos os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

(VI) Santander-Previ - Sociedade de Previdência Privada (Santander-Previ)
Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da Santander-Previ é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	2012	2011
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(115.223)	(77)
Valor Justo dos Ativos do Plano	250.444	223
Sendo:		
Superávit	135.221	146
Garantias Atuariais não Reconhecidas	39.125	1
Valor não Reconhecido como Ativo	96.096	145
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	24.005	46

Os valores apropriados relacionados aos planos de contribuição definida Banesprev e Santander-Previ foram de R\$166 e R\$7, respectivamente (2011 - R\$162 e R\$6).

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	2012	2011
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial ⁽¹⁾	8,7% e 9,0%	10,4%
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte ⁽¹⁾	8,7% e 9,0%	10,6% a 12,4%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,4%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários:	5,0%	4,9%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000

(2) Plano de Assistência Médica e Odontológica
Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

2012

	2012	2011
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(236.018)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano	192.642	-
Sendo:		
Déficit	(43.376)	-
Perdas Atuariais e Outros Diferimentos não Reconhecidos	(46.709)	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	3.333	-

Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos

(3) Remuneração com Base em Ações
A Santander Serviços possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva da Santander Serviços, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no cargo. Os membros do Conselho de Administração referidos participam de somente planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

b.1) Programa Local
A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto pelo Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

A principal característica do plano é:

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações liquidado em dinheiro, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O valor mínimo correspondente a 50% da remuneração liquidada em dinheiro, deverá ser utilizado para aquisição de Units pelo participante, as quais não poderão ser alienadas durante o prazo de 1 ano, a partir da data de exercício.

b.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos
Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados às suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Plano PI12 - PSP, PI13 - PSP e PI14 - PSP⁽¹⁾

Posição RTA

	% de Ações Passíveis de Exercício
1 ^o	50%
2 ^o	35%
3 ^o	25%
4 ^o	0%

⁽¹⁾ Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

⁽²⁾ O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (ROAC).

das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras.

- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a continuidade do negócio.
- Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.
- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.

	2012	2011
Emprestimos e Recebíveis		
289	1.004	-
448.102	27.171	84.663
-	5.674	5.674
448.102	448.102	78.989
-	27.171	27.171
5.742	3.221	-
115.616	114.959	114.959
1.953	20.810	20.810
-	11.000	11.000
-	2.742	2.742
-	92	-
272	5.228	5.228
1.517	1.455	1.455
72	385	385
Total	123.600	571.702

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

Emprestimos e Recebíveis

b.2) Passivos Fiscais

Natureza e Origem:	Saldo em 31/12/2010	Realização	Saldos em 31/12/2011
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	14	(14)	-
Total do Passivo Fiscal Diferido	14	(14)	-

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários - Diferidos

	2012	Total
Diferenças temporárias		
IRPJ	7.932	11.878
CSLL	3.946	4.538
Total	11.878	13.941

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa de realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2012, totalmente subscrito e integralizado é composto por 287.470.250 (2011 - 110.769.475) mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas domiciliadas no país.

Na AGE de 31 de dezembro de 2012, foi aprovado o aumento do capital social, resultante da versão da parcela cindida da Santander Participações S.A. (Nota 1.b) no valor de R\$70.938, mediante a emissão de 63.591.019 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que, em decorrência desta cisão, estas ações e as ações detidas pela Santander Participações foram destinadas ao seu controlador, o Banco Santander. Foi aprovado também, o aumento de capital no valor de R\$371.000 mediante a subscrição e integralização de 113.109.756 mil novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pela Santusa Holding, S.L., empresa controlada pelo Banco Santander, S.A. - Espanha.

b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em dezembro de 2012 foram destacados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$2.045 (R\$0,01 em reais por lote de mil ações).

Em maio de 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$52.723 (R\$0,48 em reais por lote de mil ações) retirados da conta "Reserva para Equalização de Dividendos", relativos a exercícios sociais anteriores 2012.



Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros

CNPJ nº 52.312.907/0001-90

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente

Reginaldo Antonio Ribeiro

Diretores Executivos

José Carlos de Paula

Mauro Siequeroli

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Santander S.A.- Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander S.A.- Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander S.A.- Serviços Técnicos,

Administrativos e de Corretagem de Seguros em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual indica que as receitas da Sociedade estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas que fazem parte do Conglomerado Santander Brasil.

São Paulo, 25 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza

Contador

CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP